

Patrimônio-territorial e território de exceção: conceitos decoloniais desde a América Latina

Territorial heritage and exception territory: decolonial concepts since Latin America

TAMIRES CHAGAS MATSCHUCK¹, NATHÁLIA CRISTINA BORBA SILVA² & MARIANNA DE BRITO TRANIN DE MAGALHÃES³

RESUMO

Concedida por Everaldo Batista da Costa, geógrafo, mestre e doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP) e Professor Associado na Universidade de Brasília (UNB), esta entrevista versa sobre o que o autor trata por patrimônio-territorial e território de exceção, conceitos decoloniais de fundamento geográfico, desde a América Latina. No decorrer da entrevista, Everaldo Costa aborda aspectos epistemológicos, teóricos e conceituais da construção destes conceitos enquanto alternativas para se pensar a vida social situada no continente, confrontando inclusive ideais postos a partir de uma patrimonialização mundial desde a UNESCO. A entrevista é parte das atividades da disciplina de pós-graduação "Tópicos Especiais em Estudo do Turismo", que, em 2023, teve como enfoque estudos e debates sobre conservação do patrimônio em turismo, como forma de alimentar o debate sobre patrimônio mundial no âmbito da Rede UNESCO UniTwin Cultura, Turismo e Desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE

Utopismos patrimoniais; Patrimônio-territorial; Território de exceção; América Latina.

ABSTRACT

Contributed by Everaldo Batista da Costa, geographer, master and doctor in Geography from the University of São Paulo (USP) and Associate Professor at the University of Brasília (UNB), this interview is about what the author treats as territorial heritage and exceptional territory, both decolonial concepts with a geographical basis, since Latin America. During the interview, Everaldo Costa addresses epistemological, theoretical and conceptual aspects of the construction of these concepts as alternatives for thinking about social life located on the continent, even confronting ideals based on global heritage since UNESCO. The interview is part of the activities of the postgraduate course "Special Topics in the Study of Tourism", which, in 2023, focused on studies and debates on heritage conservation in tourism, as a way of fueling the debate on world heritage within the scope of the UNESCO UniTwin Culture, Tourism and Development.

KEYWORDS

Patrimonial utopianisms; Territorial heritage; Exception territory; Latin America.

¹ **Tamires Chagas Matschuck** – Doutoranda. Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8971-3346>. E- mail: tamiresmatschuck@usp.br

² **Nathália Cristina Borba Silva** – Mestranda. Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2151-2999>. E- mail: nathalia.borba@usp.br

³ **Marianna de Brito Tranin de Magalhães** – Mestranda. Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-6569-1191>. E- mail: mariannatranin@usp.br

INTRODUÇÃO

Esta entrevista foi concedida pelo professor Everaldo Batista da Costa (UNB), no contexto da disciplina “Tópicos Especiais em Turismo - Estudos e debates sobre conservação do patrimônio em turismo”, ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Turismo (PPGTUR) da Universidade de São Paulo (USP). Desenvolvida no marco da Rede UNESCO UniTwin Cultura, Turismo e Desenvolvimento, da qual a USP é membro desde 2014, a disciplina buscou estimular o debate acerca do patrimônio no contexto do turismo, ressaltando não só as perspectivas institucionais e normativas, mas fomentando também discussões a partir de uma perspectiva comunitária de conservação do patrimônio, incentivando assim um olhar crítico para questões sociais e políticas no contexto da patrimonialização.

Nesse sentido, os conceitos de patrimônio-territorial e território de exceção apresentados pelo entrevistado estimulam a pensar a vida espacial na América Latina e o patrimônio desde outra visão, além da perspectiva da patrimonialização universal institucional, propondo uma alternativa para o debate, privilegiando singularidades e universidades dos povos subalternizados do continente. Tal proposta de protagonismo comunitário, dentro do que o autor aborda como “ativação popular do patrimônio territorial”, como se observa na entrevista, tem como fundamentos a perspectiva decolonial, a epistemologia geográfica da existência, bem como os estudos empíricos realizados pelo docente, na América Latina.

Sua trajetória de vida pessoal e profissional se conectam, direta ou indiretamente, à construção dos seus conceitos. Professor Associado do Departamento de Geografia e Programa de Pós-graduação (mestrado e doutorado) da Universidade de Brasília (UNB), ele atua também no Programa de Pós-graduação em Patrimônio e Turismo da Universidade de Ouro Preto (UFOP). Everaldo Batista da Costa (Figura 1) nasceu em São João Del-Rei, uma das cidades coloniais de Minas Gerais. Geógrafo, mestre e doutor em Geografia pela USP, nos três níveis de formação esteve envolvido com pesquisas voltadas às políticas de patrimônio e planejamento nas cidades coloniais declaradas Patrimônio da Humanidade e outras.

A afluência do entrevistado com aspectos da patrimonialização, ao longo de toda sua vida (pessoal e profissional), ainda que em distintas circunstâncias, poderá ser observada de maneira mais aproximada no decorrer da entrevista que pretende, em primeiro lugar, apresentar parte do processo de construção dos conceitos de patrimônio-territorial e território de exceção, com base em suas experiências na América Latina. Assim, a entrevista foi organizada de modo a abarcar a aproximação do entrevistado com a temática, as teorias, conceitos-chave e noções

cunhadas, reconhecendo o lugar da patrimonialização mundial e das instituições voltadas à conservação patrimonial.

Entrevista

*** Professor Everaldo, entendemos não ser recente seu envolvimento com questões acerca da patrimonialização. Tanto no mestrado como no doutorado, você já tratava a temática de planejamento territorial e urbano, de políticas de patrimonialização e patrimônio mundial. Como seu trabalho atual com o patrimônio-territorial e território de exceção se apoia epistemologicamente em base decolonial e geográfica existencial, gostaríamos de iniciar pedindo que fale sobre a sua trajetória de formação e atuação, e o atravessamento da perspectiva decolonial nesse caminho até aqui.**

Primeiramente, quero agradecer a gentileza desta entrevista; inclusive, na PatryTer⁴, nós temos uma política de entrevistas com colegas da América Latina, para a difusão de um conhecimento científico social ligado ao próprio continente, na ótica das cidades, do campo e do meio ambiente. Eu nasci na cidade colonial de São João del-Rei, Minas Gerais. Vivi ali até os 18 anos, passei por Campinas e Rio Claro (onde trabalhei e iniciei Geografia na UNESP), até migrar para São Paulo, com cerca de 20 anos, quando ingressei na graduação em Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (FFLCH). Ao ingressar na FFLCH, a minha ideia era fazer História ou Filosofia, mas segui com a Geografia, preocupado com o mercado de trabalho. Durante toda a minha graduação na FFLCH, eu me dediquei muito ao estudo também da Filosofia e da História.

Nesse contexto, eu realizei um PIBIC⁵ ou meu primeiro estudo científico sobre a cidade de Tiradentes, e logo a monografia de conclusão do curso sobre São João del-Rei, minha cidade natal, em Minas Gerais, ambos na ótica do planejamento territorial e urbano e da patrimonialização. Incorporei a Geografia pelo planejamento territorial e urbano, a História, pelo patrimônio.

Na sequência, vou para o mestrado e para o doutorado, e continuo com o tema. No mestrado (Costa, 2009), trabalhei também políticas de patrimônio e planejamento na cidade de Diamantina, no meio-norte de Minas Gerais, no Vale do Jequitinhonha.

⁴ Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades.

⁵ Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica.

No doutorado, eu me volto para Ouro Preto, preocupado com a originalidade da tese, uma proposição de método ou metodológica, a produção de uma teoria ou pequena teoria. Então, propus a noção de “patrimonialização global” (Costa, 2011), e a desenvolvi na ótica do materialismo histórico-dialético, baseado, sobretudo, em Karl Marx, György Lukács, Karel Kosík e Henri Lefebvre, além de teóricos da escola de Frankfurt, do ponto de vista da Filosofia. Desde a Geografia, eu me fundamento, sobretudo, em Milton Santos, Antonio Carlos Robert Moraes, Maria Adélia de Souza e outros e outras geógrafas, para construir um olhar para a totalidade urbana e a totalidade como categoria filosófica.

Entendi a ressignificação do território à luz dos novos sentidos que o barroco assumiu nas cidades coloniais; produzi uma periodização espaço-temporal, do ponto de vista metodológico e de método. Identifiquei os principais eventos que impactam Ouro Preto, à luz do próprio barroco, que é ressignificado pela urbanização, para entender como se dá seu planejamento atrelado ao movimento dessa expressão artística que resultou na dinâmica do turismo, impactando a cidade total. Desenvolvi esse olhar que remonta a uma arte contra renascentista transplantada ao nosso continente pelos invasores ibéricos e, desde sua germinação, dirige e ressignifica os usos do território. Compreendi o movimento histórico-geográfico deste núcleo colonial, propondo metodologias para sua leitura e de outras cidades na ótica do planejamento, do turismo e do patrimônio. A tese apresenta elementos de método e metodológicos para serem replicadas a outras realidades em nosso continente.

Defendi a tese em janeiro de 2011, quando eu também era professor substituto na Universidade Federal de Ouro Preto e, no mês de agosto de 2011, passei para professor efetivo na Universidade de Brasília, voltando-me em pesquisa para a nova metrópole e as cidades coloniais do Estado de Goiás, entre 2011 e 2014.

Em 2015, foi publicada a convocatória do XIV Geocrítica, que trouxe por tema central “*Las utopias y la construcción de la sociedad del futuro*”⁶, este é um dos principais eventos da teoria crítica geográfica ibero-americana, organizada e dirigida por Horácio Carpel, da Universidade de Barcelona, evento bianual que frequento desde 2010. O evento convocava à apresentação de alternativas espaciais, o que me estimulou a questionar as temáticas que trabalhava. Questionei qual seria a alternativa para o debate das cidades e do patrimônio, confrontando o que eu havia realizado até então, ou seja, do início da graduação ao quinto ano de docente na UNB. Qual seria

⁶ Colóquio Internacional de Geocrítica

a alternativa de pensamento ao planejamento territorial e urbano, ao patrimônio, no contexto latino-americano?

Então, eu introduzi a discussão convocada pelo XIV Geocrítica, por **um outro olhar para a história do território, as cidades e o patrimônio desde a Geografia**, isso é importante deixar claro. Assim, atrelei o patrimônio ao espaço geográfico e ao território, ou seja, o tensionei pelo método geográfico. Ocasão em que me deparei com o debate decolonial e já me encontrava familiarizado com a epistemologia geográfica da existência proposta por Milton Santos, a qual reviso em meus estudos atuais.

O XIV Geocrítica (Barcelona) inspirou-me a propor os Utopismos patrimoniais pela América Latina, levando-me a um giro de pensamento que cruza o pensamento decolonial, uma Geografia preocupada com a biografia do sujeito e a história dos territórios latino-americanos.

*** Agora, perguntaremos especificamente sobre os conceitos-chave da nossa entrevista, patrimônio-territorial e território de exceção, a partir do que você aponta como um “continuum de desigualdade original, nascida do condicionamento moderno-europeu do território” (Costa, 2021, p. 111), uma crise derivada do projeto ocidental moderno. Como essa crise se relaciona com as propostas e os conceitos decoloniais propostos por você?**

Essa pergunta vai na origem da proposta. Recuperando a ideia, o projeto tem início com a chamada do XIV Geocrítica-Barcelona (2015). Vou para o evento e apresento o texto introdutório desta construção, que é o artigo “Utopismos patrimoniais pela América Latina”, envolvido com o debate decolonial e geográfico existencial. Esse continuum de desigualdade original, nascida desse condicionamento moderno, na verdade, é algo que nos preocupa desde longa data, na Geografia. A partir da década de 1970, diferentes autores pensam tais crises, sobretudo Milton Santos, na Geografia e no Brasil. Desde seu exílio, entre 1964 e 1978, Milton constrói e contribui para um pensamento latino-americano, criticando os processos de tomada histórica dos territórios no continente, propondo conceitos e teorias favoráveis à explicação deste continuum de crises. Por isso, falo de um contínuo de desigualdades originais, nascidas desse condicionamento moderno-europeu de territórios, é necessário dizer que outros autores fizeram esse debate em outros termos, como Milton Santos, Rogério Haesbaert, Amália Inés Lemos e outros, e que o patrimônio-territorial em territórios de exceção é uma dimensão no centro dessa crise contínua. Então, é necessário recordar que “Utopismos patrimoniais pela

América Latina” é o primeiro texto resultante do projeto. Ele inaugura a teoria, a partir da experiência empírica no Brasil e trabalhos de campo em outros países da América Latina, de forma a perceber e compreender que o patrimônio-territorial não é e nem pode ser o patrimônio cultural. O patrimônio-territorial é a singularidade que envolve a história do território, em que o “sujeito situado” e o “sujeito em situação espacial duradoura”, como explico em meus trabalhos, é protagonista para a explicação e permanência histórica do próprio patrimônio-territorial. Ou seja, nesse *continuum* de desigualdades originais e de crises que se estabelecem pelo condicionamento moderno europeu, as pessoas, os sujeitos, os grupos subalternizados seguem durando, resistindo, vinculados a territórios, na luta por eles. Pensar o patrimônio-territorial (com hífen), numa perspectiva onde o “sujeito situado” é a chave para a explicação e a manutenção da ancestralidade e de seus próprios elementos singulares da existência, é algo fundamental para as ciências sociais em geral e a sociedade. Acredito que seja uma chave pela qual, diante das crises, os sujeitos situados encontram mecanismos de sobrevivência nessa sociedade de contradições históricas. A ideia, a palavra, a noção, o conceito de patrimônio-territorial, surge, concretamente, desse processo correspondente ao *continuum* de crises. Logo, o patrimônio-territorial enquanto fato, elemento da realidade, não enquanto conceito, emerge dessa crise. Porque é a forma que os sujeitos têm de seguir vivendo, de sobreviver, de durar sobre o território, sendo inerentes ao território, pois a biografia dos sujeitos se confunde com a história do próprio território, com o conceito e o fato patrimônio-territorial.

O início do projeto também foi catalisado por duas perguntas, que foram: no contexto das crises e de desigualdades socioespaciais na América Latina, o que efetivamente faz com que as pessoas, os indivíduos, os grupos sociais subalternizados sigam com esperança? Quais são os elementos de fundamento espacial que possibilitam aos sujeitos materialmente empobrecidos acordarem com esperança e saírem a trabalhar ou buscar formas alternativas de sobrevivência?

A chamada do XIV Geocrítica e a inquietação relativa ao que alimenta a esperança popular, apesar da pressão e da opressão social na América Latina, foram cruciais para estarmos aqui. Eu chego no patrimônio-territorial indagando os processos de vulnerabilização dos indivíduos. Aí está a relação, em síntese. O patrimônio-territorial, enquanto um fato da realidade, emerge de crises, porque os grupos sociais, ancestralmente, buscam formas de manter sua religiosidade, modo de habitar, de alimentar, de vestir, de estra sobre a Terra, cultivar a terra, dentro das possibilidades vinculadas à essa pressão e opressão históricas impostas desde os invasores ibéricos, no contexto de nossos territórios, que em seu conjunto, a partir do século XIX, se

convencionou tratar por América Latina. Então, há uma relação direta entre o conceito patrimônio-territorial, a biografia dos sujeitos situados historicamente subalternizados e a própria história dos territórios.

*** Olhando para o patrimônio-territorial e território de exceção enquanto empreendimento teórico, poderia comentar sobre seus fundamentos epistemológicos?**

Epistemologicamente, a teoria do conhecimento que está na base dos conceitos patrimônio-territorial e território de exceção corresponde à epistemologia geográfica da existência proposta pela Geografia brasileira que, a partir de Milton Santos, vai dialogar especialmente com Jean Paul Sartre. Então, eu vou diretamente à obra de Sartre para aprofundar em seu existencialismo, especialmente em “Questão de Método”, introdutório ao seu livro “Crítica da razão dialética”, “O que é a subjetividade?”, “O imaginário”, e outros trabalhos do autor, junto a Milton Santos. O patrimônio-territorial de enfoque latinoamericano se vincula a tal epistemologia e o debate decolonial com Catherine Walch, Walter Mignolo, Aníbal Quijano, Ramon Grosfoguel, Arturo Escobar e outros.

O patrimônio-territorial é identificado enquanto fato nos trabalhos de campo pela América Latina, vinculados ao que entendi como territórios de exceção. Os territórios de exceção são exceção, não de forma restrita à vulnerabilidade que carregam, mas por serem lócus da esperança, apesar da pressão e da opressão externa ou vertical sobre o espaço. Ou seja, frente à conquista, ao domínio de territórios, à tentativa histórica de aniquilamento dos grupos sociais subalternizados, os mesmos se organizam e se mantêm nesses territórios. Então são exceção porque se perpetuam na luta, não porque a perderam. São exceção porque fogem à regra da opressão e pressão, pois estão em conflito diário, cotidiano e permanente, frente as normas do Estado-mercado. São exceção, pois fogem à normatização imposta. Trata-se de identificar a força, a pujança dos elementos que constituem o patrimônio-territorial, objeto de esperança, que concretamente podem ser entendidos por elementos que vão desde a forma de se alimentar, de habitar, de trabalhar, de se relacionar, cultivar e mesmo lutar, ou toda alternativa existencial criada pelos grupos subalternizados, a partir de seus territórios ou se deslocando a outros, inclusive. Eu acredito que esse fundamento decolonial e a epistemologia geográfica da existência fortalecem os argumentos vinculados aos fatos identificados como patrimônio-territorial e território de exceção. Claramente, o patrimônio-territorial não é e nem pretende ser o patrimônio cultural pulverizado pelas instituições de poder do Estado-mercado, é outra coisa.

É interessante vocês chamarem de “empreendimento teórico”, porque envolve um grande esforço no qual vou entender muito claramente, a partir da Filosofia, que a relação que se estabelece entre teoria e empiria, está no contexto em que o método e a singularidade disciplinar se dão a partir da revisão no empírico, entendimento desenvolvido com prof. Francisco Scarlato (Costa & Scarlato, 2019). Ou seja, a teoria é permanentemente revisada pelos fatos espaciais, e não o contrário. É a ida a campo, é o reconhecimento do terreno que favorece revisar qualquer campo disciplinar. É o esforço e esse “empreendimento” que gera uma fricção, uma tensão entre o empírico e o pensado. O fato, o dado e a consciência formam uma tríade que tensiona o sujeito e o mundo. É nessa interação que nós temos condições de revisar teorias e conceitos, ou propor novos conceitos. É oportuno dizer que o debate do patrimônio-territorial não é restrito ao que eu proponho. O que eu apresento, desde Brasília, desde o GECIPA⁷, o patrimônio-territorial com hífen, se distingue de um debate que vem do final da década de 1990, introduzido pelo espanhol José Ortega Valcárcel. Ele vai propor, em 1998, o patrimônio territorial sem hífen. Esse patrimônio territorial, na minha leitura, corresponde e significa mais ainda os monumentos, mais a patrimonialização, o próprio território como um monumento da UNESCO. É uma perspectiva vinculada, inclusive, ao planejamento e à gestão territorial, numa ótica capitalista do “mais turismo”; para nada o patrimônio-territorial que proponho tem por fundamento primeiro o turismo, mas sim a recuperação ou exaltação da esperança. Se, para isso, o turismo é considerado uma alternativa pelos povos subalternizados, obviamente que o patrimônio-territorial entra nesse circuito, com todos os riscos da empresa.

O patrimônio-territorial que proponho numa ótica decolonial não tem esse objetivo a priori. É imperativo demarcar isso. Seu fundamento é a continuidade ou a vida das pessoas empobrecidas na América Latina e Caribe. Ele quer fortalecer a política de sítio dos grupos subalternizados. Então, essa pergunta mostra como associar uma temática socioespacial, que corresponde aos grupos sociais empobrecidos, e um conceito que quer introduzir uma práxis integradora desde os sujeitos, não a partir do Estado-mercado, pois não é ele o primeiro interrogante, mas o que eu chamo de “sujeito situado” ou “sujeito em situação espacial duradoura” na América Latina e Caribe.

Os conceitos revigoram da experiência empírica concreta, como a que tive quando chego a dois dos maiores cemitérios de Lima, “Paz y Libertad” e “Nueva Esperanza”, nos quais a vida e a morte conjugam um contexto simbiótico, com túmulos emoldurados por casas de madeira sobre

⁷ Grupo de pesquisa CNPq [Cidades e Patrimonialização na América Latina e Caribe \(GECIPA\)](#)

pneus, dentro e ao redor do cemitério, onde adolescentes que constroem seus instrumentos musicais, como arpas, recebem turistas no dia dos mortos; também existem chiqueiros e currais, a caixa d'água que abastece parte dos bairros para baixo da elevação, porque o cemitério está num ponto extremamente elevado. Ali, tive o primeiro devaneio para entender o patrimônio-territorial em território de exceção, nestes cemitérios, no dia 2 de novembro de 2016. Eu já vinha na construção teórica dos Utopismos patrimoniais, dois anos antes, mas nestes cemitérios pude revisar o pensamento, o projeto e seguir com resultados.

Essa fricção que se dá entre teoria e a empiria é algo crucial. O fundamento epistemológico decolonial e a epistemologia geográfica da existência estão vinculados, diretamente, com a minha experiência própria e empírica permanente na América Latina.

*** Falando em teoria, você apresenta um ciclo de conceitos (Costa, 2021) utilizados para fundamentação do patrimônio-territorial e/em território de exceção enquanto uma “práxis decolonial popular” (Costa, 2021, p. 117), certo? Pensamos então se você poderia nos falar sobre tais conceitos estruturantes, começando com a tríade de Utopismos patrimoniais. E também, de que forma os Utopismos patrimoniais, ao considerar uma perspectiva interna que abrange os sujeitos, suas normativas e aspirações (Costa, 2021, p. 114), contribuem para a preservação da memória dos desfavorecidos, vulnerabilizados e estigmatizados na América Latina, apoiando-se na narrativa do território e de sua própria trajetória histórica?**

Vamos lá, os Utopismos patrimoniais para a América Latina constituem uma tríade. Essa tríade corresponde ao **utopismo patrimônio-territorial, ao utopismo patrimonial singularista e ao utopismo patrimonial existencialista**. É importante dizer que essa proposta revela o primeiro momento da construção teórica, pelo pensamento dos Utopismos patrimoniais, publicados nos Anais do XIV Geocrítica, quando não vou pensar os utopismos e nem a utopia como o não realizado, o fato que ainda não tem lugar, muito pelo contrário.

Trago a ideia de Utopismos patrimoniais para entender o movimento popular pelo território, ou seja, a ação política de sítio já em marcha. Então, os Utopismos patrimoniais, envolvem o existencial, o singular do sujeito situado e o patrimônio-territorial enquanto fato, consubstanciando uma unidade de pensamento e de vida; a tríade explica e fundamenta a construção futura do conceito patrimônio-territorial. Porque, nesse primeiro momento, o conceito não está definido, ou seja, aparece como uma noção. Esse primeiro momento da tríade de utopismos sustenta todo o caminhar do projeto, que culmina no conceito patrimônio-territorial.

Os Utopismos patrimoniais, que correspondem à tríade utopismo patrimônio-territorial, utopismo patrimonial singularista e utopismo patrimonial existencialista, vão confrontar a perspectiva do universal ou universalizante eurocentrados. O utopismo patrimonial singularista reconhece o singular vinculado à história do território, que dialetiza uma universalidade desde dentro ou desde a América Latina, e não no que preconizam as agências internacionais, os governos globais, inclusive os órgãos de preservação nacionais ou mundiais. O utopismo patrimonial existencialista traz para o centro da discussão o “sujeito situado”, protagonizando decisões sobre seus valores.

O “sujeito situado” é mais do que o indivíduo; corresponde aos grupos sociais subalternizados em seu movimento histórico pela sobrevivência. O “sujeito em situação espacial duradoura” está nessa condição espacial há 5 séculos, em nosso continente, buscando construir alternativas desde os setores de terras e territórios que alcança defender. Da tríade dos Utopismos patrimoniais, ao “sujeito situado”, o “sujeito em situação espacial duradoura”, chegamos a outra noção que aparece nessa proposta, que é a de “roteiros patrimoniais utópicos”.

Os “roteiros patrimoniais utópicos” fortalecem e estimulam a metodologia de ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina. Então, “roteiro patrimonial utópico” corresponde a outra noção dentro da proposta. Mas, com o avançar dos estudos, ocorre uma revisão permanente em relação ao que pensamos e apresentamos, ao que vemos e o que fazemos academicamente.

Depois de avançar com o conceito de patrimônio-territorial, em um dos muitos trabalhos de campo no México, adentrei a Igreja Santa Maria Tonantzintla, em Cholula (Puebla), a cerca de 150km da capital. Essa igreja rural de estética barroca-indígena é uma das mais destacadas em todo o continente. Desde a primeira visita realizada ao templo, tive a convicção de que um dia desenvolveria um estudo sobre ele. Assim, em 2019-2020, pesquisei conventos, presídios e pueblos de índios em Nueva España (México colonial), dentro do que cunhamos como “decolonialidade originária” e “condicionamento barroco do território” (Costa & Moncada, 2021), analisando a epopeia edificante dos invasores, que ergueram mais de 300 conventos, somente no século XVI, e 200 presídios, até o século XVIII, para depois, junto com os professores Percival Tirapeli⁸, que é uma referência para nós do estudo do barroco na América Latina, e o

⁸ Professor titular no Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista.

professor José Omar Moncada⁹, destacado pesquisador da geografia histórica mexicana, tratar da “decolonialidade originária” e o barroco mestiço desde Tonantzintla (Costa, Tirapeli & Moncada, 2022).

A noção de “decolonialidade originária” reforça a práxis integradora, a práxis de resistência que os indígenas e afrodescendentes já produziam como contra-conquista, pela arte e no cotidiano. Ali, começo a entender que o patrimônio-territorial emerge, na verdade, no bojo da “decolonialidade originária”. Porque indígenas e afrodescendentes, para resistir à pressão e opressão dos invasores, buscam elementos favoráveis à manutenção da própria vida, o que ocorre pelo patrimônio-territorial, matéria e símbolo de luta, esperança e alternativas de desafogo cotidiano.

Como síntese dos Utopismos patrimoniais pela América Latina, dentro daquela tríade já dita, passamos pelo “sujeito situado” e o “sujeito em situação espacial duradoura”, os “roteiros patrimoniais utópicos” e a “decolonialidade originária” enquanto algumas das principais noções dessa construção teórica.

Como essas noções contribuem para a memória dos empobrecidos na América Latina é a segunda parte da pergunta. Aportam, pois um fundamento da questão decolonial assinala que a teoria não se restrinja ao debate de ideias, mas conduza a práxis integradora, convoque a ação transformadora, não simplesmente à ação. E o patrimônio-territorial, em si, vinculado aos Utopismos patrimoniais, é proposto para a ação política ou a política de sítio, junto aos grupos subalternizados ou vulnerabilizados, e aí nós entramos na metodologia da “ativação popular do patrimônio-territorial latinoamericano”. Então, a teoria e o conceito propostos evocam à ação popular, no “período popular da história”, como diria Milton Santos.

*** Poderia então nos falar um pouco mais sobre “decolonialidade originária”?**

Na construção que envolve os Utopismos patrimoniais, vi a necessidade de compreender a matriz histórico-geográfica do patrimônio-territorial e encontrei evidências em trabalho de campo, no caso, desde o templo de Santa Maria Tonantzintla, em Cholula, igreja rural indígena do século XVI mexicano.

Desenvolvemos dois estudos que fundamentam a “decolonialidade originária”, como eu disse anteriormente (Costa & Moncada, 2021; Costa, Tirapeli & Moncada, 2022). Tratamos do

⁹ Professor titular no Instituto de Geografia da Universidad Nacional Autónoma de México.

“condicionamento do território”, de corpos e almas no México, por meio de conventos, presídios e as “repúblicas de índios”. Então, a ideia de “decolonialidade originária” surge desses objetos geográficos coloniais implantados no território, como próteses espaciais de domínio e controle, de forma que mesmo oprimidos no interior e exterior dessas instituições, os indígenas buscaram mecanismos para seguir vivendo e durando.

A “decolonialidade originária”, que se vincula também ao patrimônio-territorial, está no cerne da tensão entre a conquista ibérica e a contra-conquista indígena e afro. Nesse movimento de tensão, nós temos a decolonialidade originária enquanto práxis populares.

São dois estudos que vão da saga colonial pela conquista do território à demonstração de como os indígenas resistiram à invasão, estabelecendo a contra-conquista através da apropriação de um elemento que é europeu, o barroco. Os indígenas se apropriam desse elemento e produzem uma arte própria, agora mestiça, o que se revela também pelo topônimo ou nome da igreja: Santa Maria (Mãe de Deus) Tonantzintla (*la madre de todos los Dioses*). A decolonialidade originária é retomada no movimento que envolve a história do território e a biografia dos sujeitos pela arte produzida no templo.

*** A quem você se refere quando fala na primeira pessoa do plural?**

Quando eu falo nós, na verdade, vinculado a essas noções e conceitos, é relacionado à autoria, por exemplo: no caso da “decolonialidade originária”, o “condicionamento barroco do território” ou a “segregação originária”, eu os proponho com a colaboração dos já referidos professores. A partir do momento em que alguns pesquisadores conhecem e fazem seus estudos incorporando tais noções e conceitos, também preciso referir ao “nós”. Ao mesmo tempo, aquilo que falamos, pensamos e escrevemos nos é emprestado, o que vemos ou identificamos no mundo, plasmamos no papel, é externo e nós traduzimos isso, de forma científica ou rigorosa. Não é propriamente nosso, mas reproduzimos o visto, o escutado ou o lido, segundo criatividade própria. Também por isso falo sobre “nós”, considerando que as ideias lançadas ao mundo já não são apenas do autor, que também fez empréstimos do mundo concreto.

*** Na palestra intitulada “Patrimônio-territorial: conceito decolonial e singularidade socioespacial latino-americana”¹⁰, realizada em agosto de 2023 em atividade vinculada ao Programa de Pós Graduação em Turismo da Universidade de São Paulo (PPGTUR-USP), você**

¹⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9vfFg-ge6sg>

marca a diferença fundamental entre patrimônio-territorial (com hífen) e patrimônio territorial (sem hífen), de José Ortega Valcárcel (1998), assinalando este como o primeiro autor a tratar de patrimônio territorial, mas vinculado à UNESCO, sendo uma perspectiva de patrimônio para o turismo, numa dimensão eurocêntrica e classista. Na palestra você comentou que diferentemente do patrimônio territorial de Valcárcel, o patrimônio-territorial decolonial ou latinoamericano proposto não deriva ou se associa às instituições patrimonializadoras e por isso apresenta uma “metodologia de ativação popular do patrimônio territorial”, que pode se associar ou não ao turismo, sendo antes uma proposta motivada pela duração/manutenção dos sujeitos subalternizados junto aos seus territórios, não tendo assim o aspecto econômico como principal objetivo da ativação. Logo, poderia tratar da sua proposta da “ativação popular do patrimônio-territorial”?

Antes, é preciso recuperar a evolução do projeto. O primeiro texto deriva da chamada do XIV Geocrítica, ocorrido em 2016 em Barcelona, como eu já havia comentado. O segundo texto (Costa, 2017) é justamente a “Ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina: teoria e metodologia” e marca uma segunda etapa do projeto. O terceiro momento da pesquisa corresponde ao primeiro pós-doutorado que eu realizei, entre 2016-2017, vinculado ao PROLAM da USP¹¹ e ao Instituto de Geografia da UNAM¹², no México. E nesse terceiro momento foi possível realizar um amplo trabalho de campo no continente, que resultou no artigo “Riscos e potenciais de preservação patrimonial na América Latina e Caribe” (Costa, 2018), onde eu reviso o próprio conceito de patrimônio-territorial e apresento um quadro-síntese de amplo espectro sobre os maiores problemas que afetam sítio do Patrimônio Mundial e como o patrimônio-territorial se situa diante destes riscos. O quarto momento da pesquisa deriva no trabalho publicado na Venezuela, intitulado “Patrimônio-territorial e território de exceção: conceito decolonial”, que apresenta uma síntese e uma revisão de tudo que tinha sido feito até o ano de 2021. Outros trabalhos derivam do projeto guarda-chuva “Utopismos patrimoniais pela América Latina”, mas esses quatro textos são basilares.

O segundo texto, “Ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina: teoria e metodologia”, marca a proposta metodológica de ativação territorial pelo “sujeito situado”, com o viés latino-americano. No texto, esclareço que há níveis, escalas e temporalidades que

¹¹ Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo.

¹² Instituto de Geografia da Universidade Nacional Autônoma do México.

devemos considerar no mecanismo da ativação popular do patrimônio-territorial. Trato de **níveis** de iniciativa, que envolvem a universidade, a comunidade e as instituições, que podem estar nessa ordem ou não, na ativação do patrimônio-territorial. **A escala original** da iniciativa, para que se ative o patrimônio-territorial, é sempre a **local**. A ideia é que se parta do reconhecimento do lugar para a conexão exterior, a envolver outros lugares na ativação do patrimônio-territorial. Do ponto de vista também da escala, devem ser compreendidas ou consideradas, na ativação popular do patrimônio-territorial, as **temporalidades** de cada nível de iniciativa e a duração da ação, ou seja, o momento ideal de concepção da iniciativa e da sua operação, a partir da comunidade, com as instituições envolvidas e universidade a priorizar a comunidade.

É necessário pensar que a “ativação popular do patrimônio-territorial” se vincula diretamente ao “sujeito situado”. A universidade se aproxima da comunidade, ela pode estar associada à determinadas instituições, mas as decisões, o desenho, inclusive a revisão da metodologia, parte sempre do “sujeito situado”. Há um **nível de iniciativa da e na universidade**, e o objetivo é reconhecer e difundir o utopismo patrimônio-territorial na sua integralidade, com a voz e a decisão, o reconhecimento da e pela comunidade. O segundo **nível de iniciativa é da e na comunidade**, e o objetivo é demandar e ativar o patrimônio-territorial, até então não reconhecido, sobretudo, pelos próprios sujeitos, que então assumem o compromisso da política de sítio pelo que é seu, próprio de sua ancestralidade, para nutrir ainda mais a esperança. E aí a própria utopia de realização e da participação no projeto, no nível da comunidade, em que o “sujeito situado” é ativo e re(ativa) o patrimônio-territorial, o qual potencializa o entregar-se resguardado do sujeito situado ao mundo. Por fim, o **nível de iniciativa das e nas instituições**, além da universidade, para que se opere a utopia de serem potenciais catalisadoras de um ideal de realidade comunitária e colocar o próprio patrimônio-territorial em realização do novo, materialmente, nos territórios de exceção.

No processo de “ativação popular do patrimônio-territorial”, o turismo em si não é o foco primordial ou primeiro, mas a própria vida comunitária, robustecer a esperança junto a seus elementos sustentáculo da cultura, da memória, da própria identidade e resguardar sua terra, território e sítio são o motivo central da práxis integradora que está na essência do patrimônio-territorial. O motivo da “ativação popular do patrimônio-territorial” é manter vivo os mecanismos que contribuíram e contribuem para a duração desses sujeitos situados, a perpetuação de saberes e de poderes situados, desde o sítio, desde o local enquanto escala e

desde o lugar enquanto lócus da solidariedade. Então, é importantíssimo considerar que na “ativação popular do patrimônio-territorial”, por mais que tenhamos a universidade, as instituições e a comunidade envolvidas, **o protagonismo é do “sujeito situado” ou da comunidade**, não de nenhuma instituição. Em síntese, para pensarmos um pouco a ativação do patrimônio-territorial, eu diria que estes elementos são cruciais e os trabalhos publicados revelam a complexidade da proposta.

*** Compreendendo o distanciamento e a contraposição do "patrimônio-territorial" quanto aos processos de "patrimonialização global", como pode ser observado, por exemplo, quando você fala sobre "negar a universalidade restritiva presente na ideia e na prática do Patrimônio Mundial ou de qualquer patrimônio instituído, redefinindo a universalidade, na teoria e na prática..." (Costa, 2016, p. 20), nos interessa saber se você acredita que grupos subalternizados podem se valer/ beneficiar, de alguma forma, desses processos hegemônicos de patrimonialização? Existe algo a ser aproveitado? Esse interesse surge, pois, como você sabe, nós estamos vinculadas a uma disciplina do PPGTUR-USP desenvolvida no marco da Rede Unesco UniTwin Cultura, Turismo e Desenvolvimento, portanto uma rede com as principais instituições ligadas ao que você trata por "patrimonialização global" em seu doutorado.**

Hoje, eu digo que é necessário mudar essa ideia, não seria negar a universalidade restritiva atrelada ao Patrimônio Mundial, mas **confrontá-la ou tensioná-la**. O patrimônio-territorial não se opõe ao patrimônio da humanidade, ele o tensiona. Confronta no sentido de se situar diante dele, para se afirmar por meio do “sujeito situado”, seu produtor, condutor e guardião. Para dizer: nós estamos aqui, nós duramos, nós podemos e devemos dialogar.

A “ativação popular do patrimônio-territorial” deve ser feita, do ponto de vista teórico e prático, com todos os cuidados metodológicos, a fim de que não sejam perdidos os referenciais socioespaciais ancestrais do grupo, para que não seja consumido na voracidade do capitalismo, pela ganância do neoliberalismo ou mecanismos da globalização. Então, o patrimônio-territorial, chama que produz esperança ao sujeito empobrecido, aos grupos sociais subalternizados, não pode ser apagada. Lembremos que essa chama é tonificada no interior do processo invasor ibérico, como elemento da contra-conquista, e segue acesa.

A proposta deixa claro que podemos pensar em “roteiros patrimoniais utópicos”, em que se conectam sítios declarados e sítios não declarados, mas a partir da decisão, do querer, das

estratégias políticas e metodológicas de manutenção e proteção das comunidades. Para se vender o patrimônio-territorial? Não! Mas, para **valorar** o patrimônio-territorial, não valorizar. Mas, para isso, no contexto capitalista, há o risco, um perigo enorme de perda ou arrefecimento dessa chama. Nós sabemos o que ocorre no norte de Goiás, em Minas Gerais, em São Paulo, com os povos tradicionais, com as comunidades ribeirinhas, os vazanteiros¹³, com a chegada do turismo, onde os saberes ancestrais são substituídos por práticas modernas de comércio, de comercialização, onde as pessoas perdem o contato direto com a terra produtiva e a saída dos jovens para as grandes cidades. Isso tem gerado consequências, em que as pesquisas de turismo no Brasil devem estar preocupadas.

Logo, os grupos subalternizados podem se beneficiar através de “roteiros patrimoniais utópicos”, mas não se escapa do risco que existe nessa aproximação, na mercantilização do patrimônio-territorial. Por isso eu insisto, o *a priori* do patrimônio-territorial é fortalecer a política de sítio e, por mais que isso se vincule ao turismo, o foco deve ser associar sujeito-território, sujeito-sítio, sujeito-patrimônio-territorial.

A proposta do patrimônio-territorial se sustenta na vida duradoura. As experiências empíricas nos mostram a perda de saberes e de patrimônios-territoriais na América Latina, sobretudo no Brasil, por meio da prática do turismo, é bom registrar isso. O patrimônio-territorial não é pensado e nem agido pelas comunidades para sofrer as mesmas consequências do já propagado patrimônio institucional, esse dos órgãos nacionais e internacionais de preservação.

*** Como você vê o cenário do patrimônio-territorial no Brasil? Acredita na valorização das singularidades e resistências que marcam os conceitos de patrimônio-territorial e território de exceção, por meio de políticas públicas e que estes possam ser absorvidos por instituições nacionais de conservação, como o Iphan, sem que sejam deturpados?**

Na verdade, não faz parte da proposta, não se entende e não se aceita, do ponto de vista teórico e metodológico, que o patrimônio-territorial seja assimilado pelos órgãos de preservação, porque ele independe deles e a vida e a história das comunidades comprovam isso. A manutenção, não vou nem usar o termo preservação, a duração do patrimônio-territorial, se dá há séculos – no caso da América Latina, na África também, e na Ásia, desde os movimentos iniciais de invasão para colonização nesses continentes. O patrimônio-territorial, especialmente na América Latina, existe como um fato; ele já o é desde as invasões portuguesa e espanhola,

¹³ Comunidade assim chamada porque praticam uma agricultura que está associada aos ciclos dos rios.

pelo sujeito em “situação espacial duradoura”. Então, não se trata de vender ou valorizar a singularidade do patrimônio-territorial, mas de valorar internamente ou no cerne das comunidades aquilo que assegurou sua existência ao longo dos séculos de opressão. A “ativação popular do patrimônio-territorial” tem o intuito de resguardar, interna e coletivamente, aquilo que é mantido historicamente pela comunidade e não para vender o que lhes dá vida.

O que nós queremos é compreender o patrimônio-territorial enquanto fato e reforçar o conceito, desde a universidade. Identificar onde estão, para fortalecer a política de sítio destes sujeitos, mas que seja uma ação favorecida para e pelos sujeitos, e que a instituição primordial ou a instituição em si seja a comunidade. Inclusive, a aproximação da universidade deve ser muito cautelosa, como já temos desenvolvido também em mestrados, doutorados, pós-doutorados. Deve-se reconhecer a força do período popular da história, com a pressão da sociedade de baixo pra cima, fazendo uma revolução em prol de políticas pelos grupos oprimidos.

Então, não há a necessidade de tutela do patrimônio-territorial por parte do Estado-mercado. Há 5 séculos ele é constituído, consolidado, laborado no bojo do colonialismo europeu, das violências que atravessaram o Atlântico, que são reproduzidas pelos antigos e novos imperialismos, travestidos no neoliberalismo. Eles, os patrimônio-territoriais, guardados pelos sujeitos historicamente condicionados pela vontade de poder dos grupos hegemônicos, seguem durando. Quanto a nós, temos que ter bastante atenção em relação ao que significa o conceito e ao que significa em si o fato patrimônio-territorial, compreender seu desígnio, que é a vida total, não resumida ou avassalada pelo capital.

*** Para nosso raciocínio condicionado a uma lógica que associa patrimônio às instituições governamentais e globais, parece um exercício complexo compreender patrimônio apartado da institucionalização.**

É necessário dizer outra vez, o patrimônio-territorial não corresponde aos bens institucionalizados, pois vai muito além dos múltiplos elementos (material, imaterial, cultural, natural, paisagístico etc.), ele dialoga com a categoria espaço geográfico, totalização-singularização do movimento da sociedade. O patrimônio-territorial é a expressão singular da relação entre a história do território e a biografia dos sujeitos e dos grupos sociais subalternizados na América Latina e Caribe, é o que mantém viva a esperança dos empobrecidos e humilhados na permanente e desigual disputa por terras e territórios. Essa é uma definição muito objetiva do patrimônio-territorial.

É muito necessário entender que o patrimônio-territorial não é um equivalente geral de valor das instituições do Estado-mercado, como o IPHAN, a UNESCO ou o Banco Mundial. O patrimônio-territorial se desvincula e não tem compromisso nenhum com a ideia eurocêntrica de patrimônio, essa é a questão fulcral. O patrimônio-territorial é a relação simbiótica entre as biografias dos sujeitos subalternizados e os territórios sob pressão. Por isso, nos últimos textos publicados, eu já trago os termos sujeito e território unidos por uma flecha de sentido duplo (sujeito situado ↔ território).

Então não é o edifício, não é a igreja barroca, não é a UNESCO, não é o IPHAN¹⁴, não é o CONDEPHAAT¹⁵, não é o turismo, não é nada disso o que nos interessa em primeiro plano, nossa principal visada são os sujeitos ou grupos violentados há 5 séculos, bem como o que os mantém de pé todos os dias: seu patrimônio-territorial. Não é o capitalismo, não é o dinheiro, não são as instituições de Estado, que as invisibilizam, inclusive. Interessa-nos então ler o patrimônio-territorial pela fé, a festa sagrada, a festa profana, a relação campo-cidade na ótica da sobrevivência dos grupos subalternizados, o mercado tradicional, a feira livre, as formas alternativas de construir e habitar, as artimanhas da economia solidária, no cerne da chamada informalidade etc., na ótica do que existe em seu cotidiano vital, pelos quais esses grupos podem ou conseguem acessar o território, usar o território, ter abrigo. O patrimônio-territorial e os utopismos patrimoniais explicam como os grupos sociais subalternizados seguem usando o território há 5 séculos, apesar das negativas, das violências, dos riscos, das vulnerabilidades intencionalmente produzidas - ou seja, da vulnerabilização dos indivíduos, de um empobrecimento planejado.

*** E qual a ligação dos serviços com o desenvolvimento do patrimônio-territorial e os elementos de arte, cultura e vivências situados nas periferias?**

Essa pergunta me faz voltar ao trabalho de campo que realizei em Bogotá, no mês de outubro de 2022. Remonta-me a uma senhora vendendo frutas, que se desloca da periferia de Bogotá para o centro histórico, a área declarada patrimônio. Ela compra seus produtos em feiras do seu bairro, para vender nas áreas turísticas. Porém, vamos acreditar mesmo que, por exemplo, os sujeitos ambulantes na América Latina sobrevivem nada mais que de produtos adquiridos no

¹⁴ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

¹⁵ Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo.

âmbito dos circuitos superior e inferior da economia urbana? A vida não se resume ao comercializar e a prática do comércio não se restringe ao produto vendido.

A forma ancestral latino-americana de acessar o espaço público se dá também pela força e o lugar do patrimônio-territorial na vida das pessoas. Muitos sujeitos ambulantes, por exemplo, conseguem se aproveitar do turismo, de forma tangente, a partir desses saberes e produtos que, muitas vezes, são próprios. Assim, muitas mulheres idosas, por exemplo, conseguem adquirir um carrinho de transporte para a venda de distintos produtos, ou produz um determinado tipo de alimento, que trazem de um conhecimento familiar, integrante da gastronomia local, revigorando a interação campo-cidade. Determinadas frutas, milho, artesanato feito por indígenas, centenas e milhares de produtos comercializados nas calçadas ou praças próximas a igrejas turistificadas em Bogotá, na Cidade do México, em Lima, em São Paulo... ou seja, é um acesso ao espaço público que se dá de forma, muitas vezes, controlada ou violentada pelas forças de segurança do Estado-mercado. Ocorre um acesso restritivo ao espaço público turistificado, que o patrimônio-territorial ainda permite ou estimula.

A ligação entre os serviços e o patrimônio-territorial ocorre pelas necessidades de sobrevivência popular. Mais do que pelo desejo e sim pela necessidade de comer, de vestir, de habitar, de estar sobre a Terra. De ter a dignidade de trabalhar para seguir com esperança. Então, o patrimônio-territorial situado em territórios de exceção, ou seja, forjado no que se convencionou tratar por periferia nas cidades em geral, setores resultantes da migração campo-cidade na América Latina, é o que mantém a vida política, econômica, religiosa e cultural desses indivíduos. Logo, é uma conexão direta entre o acesso ao trabalho, até ao lazer, que essa população obtém por meio do patrimônio-territorial, desses saberes e objetos, para seguir vivendo entremeados por territórios dominados pelos agentes hegemônicos do capital, o que ocorre também em centros turísticos.

*** Como proteger ou salvaguardar o patrimônio-territorial frente aos desastres climáticos e que, frequentemente, afetam diretamente os territórios de exceção? Desastres estes que muitas vezes são intensificados pela negligência pública.**

Na tríade dos Utopismos patrimoniais, o existencialista vai explicar a duração de saberes e fazeres por parte da população subalternizada, apesar da urbanização e dos riscos acelerados na América Latina e Caribe, ou mesmo dos chamados eventos climáticos, que são de ordem política e não puramente natural. Apesar da imposição de vulnerabilidades, o patrimônio-territorial segue existindo, porque se vincula diretamente à consciência do sujeito.

Porque os saberes, fazeres, partem da consciência. E segundo Sartre, nada existe no mundo que antes não se dê como consciência. Ou seja, o saber-fazer de indivíduos homens e mulheres subalternizadas na história dos territórios na América Latina são reproduzidos a partir de uma transmissão da memória e das ancestralidades para as atuais e futuras gerações.

Há uma transmissibilidade dos saberes e fazeres que perpassa corpos mutilados, violentados e violados na constituição e busca de conquista de territórios base da vida e abrigo de todos. E o patrimônio-territorial segue, independente das instituições e dos eventos ditos da natureza, mas que são construídos politicamente. A mídia erra ao trata-los como “eventos naturais”, são da ordem do próprio planejamento estatal e de mercado. Por isso, na tríade dos Utopismos patrimoniais, quando eu trago o utopismo patrimonial existencialista, é para apontar o caminho da duração pelo “sujeito situado”. A coluna vertebral da existência do sujeito subalternizado para mim é o patrimônio-territorial.

Trago um exemplo pessoal. A minha avó guardava uma caixa de sapatos cheia de fotografias. Uma mulher sem estudos, nascida na zona rural associada a uma cidade colonial, na década de 1930. Ela guardou por décadas essa caixa, que sempre me mostrava. Fotografias, inclusive, da fazenda onde ela trabalhou por décadas com o meu o avô e com os 14 filhos. Um dia, eu pedi para que ela fizesse um desenho da estrutura arquitetônica dessa fazenda, que se chamava Contendas, que significa conflito, guerra, luta, disputa. Então, essa fazenda no Arraial de Emboabas, próximo a São João del-Rei, guarda a biografia de uma mulher criada por escravizada, que na verdade, migra para a cidade colonial e carrega consigo seu patrimônio-territorial na memória e dentro de uma caixa de sapatos.

Mas antes disso, a caixa de sapatos poderia ser perdida, destruídas as representações. Ainda assim, seguiria com ela e nos relatos que sempre dava, vinculados à sua biografia própria. Sartre já dizia: para sacar da abstração as categorias marxistas, nós podemos aterrissar pela biografia do sujeito. A biografia de minha avó integra minha própria biografia, sua memória também é a minha, pois foi compartilhada.

Não há desastre capaz de anular completamente a memória, muito pelo contrário. Independentemente dos riscos, das tragédias ou das vulnerabilidades impostas, nós seguimos carregando os atributos ou elementos de nossos desejos e que revigoram nossas esperanças e desejos singularizados pelo patrimônio-territorial.

*** Professor Everaldo, agradecemos imensamente pela sua generosidade em dedicar um pouco do seu tempo para compartilhar conosco tanto conhecimento. Deixamos agora este espaço para suas colocações finais.**

Antes de qualquer coisa, quero agradecer a vocês - Tamires, Nathália e Marianna, também aos professores Thiago e Sidnei, por essa oportunidade, essa abertura na construção do diálogo, que envolve também a disciplina do PPGTUR da USP¹⁶.

Por fim, quero dizer que, por mais que eu esteja a frente dessa construção de um pensamento sobre o patrimônio-territorial de enfoque latinoamericano, ela é compartilhada. Hoje, no GECIPA, grupo de pesquisa do CNPq - Cidades e Patrimonialização na América Latina e Caribe, o qual coordeno, temos colaboradores de diferentes países, como México, Cuba, Argentina, Peru, Venezuela, Colômbia, Chile, Panamá e outros.

Todo esse debate é paralelo ao meu primeiro pós-doutorado, sobre o qual comentei anteriormente, quando eu saio para um muito amplo trabalho de campo na América Latina, passando por diferentes universidades no México, Peru México, Cuba, Nicarágua, Costa Rica, Panamá e Bolívia. Ao passar por essas universidades, além das atividades corriqueiras como conferências, trabalhos de campo e afinamento de projetos, também apresentava o GECIPA, junto à proposta de criação da PatryTer, acolhida por boa parte dessas universidades.

Quando voltei para Brasília, fiz uma reunião com os doutores e mestres formados comigo no PPGEA/GECIPA, também com doutorandos e mestrandos daquele momento, para apresentar o projeto da PatryTer, que foi acolhido pelo grupo, com muito entusiasmo. Então, vinculado aos Utopismos patrimoniais para a América Latina, é necessário dizer que surge a PatryTer, de certa forma, consolidando o GECIPA. Junto a isso, nós instituímos o CLUP¹⁷ que, em 2024, terá sua quarta edição, a ser realizada em Bahía Blanca, Argentina. A proposta do CLUP é ser itinerante e ocorrer de 2 em 2 anos, em diferentes países latino-americanos, migrando da América do Sul para o México, passando pela América Central. Tivemos o primeiro, em 2017, na Cidade do

¹⁶ Disciplina Tópicos Especiais de Estudos do Turismo do Programa de Pós-Graduação Em Turismo da Universidade de São Paulo, no marco da rede UNESCO UniTwin Cultura, Turismo e Desenvolvimento.

¹⁷ Colóquio Latinoamericano sobre Urbanização e Patrimonialização. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/colouio>

México, o segundo, em 2019, em Brasília, o terceiro, em 2022, em Guadalajara, e o quarto será na Argentina, em setembro de 2024.

Acho importante dizer que, na construção dos Utopismos patrimoniais, o GECIPA se volta para a América Latina. As orientações de mestrado e doutorado, hoje, no âmbito do grupo, estão todas vinculadas com temáticas latino-americanas.

O fato é que esse projeto sobre América Latina vai ganhar uma certa dimensão no Departamento de Geografia da Universidade de Brasília onde, até então, não havia ainda quem trabalhasse o continente. Assim, o GECIPA inaugura o debate geográfico latinoamericano no âmbito da UnB. Vale reconhecer que a construção do conceito patrimônio-territorial tem catalisado uma abertura para fatos, fenômenos e processos de base espacial na América Latina e o Caribe, desde meu Departamento e também fora dele. Quero agradecer essa oportunidade de diálogo e dizer da importância de construir juntos o olhar para as problemáticas socioespaciais latino-americanas, de forma comprometida e concreta. Muito obrigado.

REFERÊNCIAS

- Costa, E. B. (2009). *A dialética da construção destrutiva na consagração do patrimônio mundial: o caso de Diamantina (MG)*. (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).
- Costa, E. B. (2011). *Totalidade urbana e totalidade-mundo. As cidades coloniais barrocas face à patrimonialização global*. (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).
- Costa, E. B. (2016). Utopismos patrimoniais pela América Latina, resistências à colonialidade do poder. In: *XIV Coloquio Internacional de Geocrítica: Las utopías y la construcción de la sociedad del futuro*. Barcelona.
- Costa, E. B. (2017). Ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina: teoria e metodologia. *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía*, 26(2), 53-75.
- Costa, E. B. (2018). Riesgos y potenciales de preservación patrimonial en América Latina y el Caribe. *Investigaciones geográficas*, (96).
- Costa, E. B. (2021). Patrimonioterritorial: y territorio de excepción en América Latina, conceptos decoloniales y praxis/Territorial-heritage and exceptional territory in Latin America, decolonial concepts and praxis. *Revista Geográfica Venezolana*, 62(1), 108-128.
- Bastista da Costa, E., & Moncada Maya, J. O. (2021). Decolonialidad originaria latinoamericana y condicionamiento barroco del territorio novohispano: conventos, presidios y pueblos de indios. *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía*, 30(1), 3-24.

Matschuck, T. C., Silva, N. C. B., & Magalhães, M. B. T. (2024). Patrimônio-territorial e território de exceção: conceitos decoloniais desde a América Latina. *Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade*, 16(4), 971-993. <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v16i4p993>

Costa, E. B. D., Tirapeli, P., & Moncada, J. O. (2022). Original decoloniality, mestizo baroque and territory in Latin America (from the Rosario of Puebla to Santa María Tonantzintla of Cholula, México). *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, 30, e26.

Costa, E. B., & Scarlato, F. C. (2019). Geografia, método y singularidades revisadas en lo empírico. *GEOSP Espaço e Tempo (Online)*, 23(3), 640-661.

Santos, M. (2000). A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. *Edusp*

Santos, M. (2002). *Por uma outra globalização*. Record.

Sartre, J. P. (1978). Questão de método (Coleção Os Pensadores). *São Paulo: Abril Cultural*, 110-191.

Sartre, J. P. (1996). *O imaginário: psicologia fenomenológica da imaginação*. Editora Ática.

Sartre, J. P. (2015). *O que é a subjetividade?*. Editora Nova Fronteira.

Sartre, J. P. (2002). *Crítica da razão dialética*. Rio de Janeiro: Editora DP&A.

Valcárcel, J. O. (1998). El patrimonio territorial: el territorio como recurso cultural y económico. *Ciudades*, (04), 31-48.

PROCESSO EDITORIAL

Recebido: 18 JUN 24 **Aceito:** 23 SET 24